

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS DOCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO MUNICIPAL DE TAQUARANA/ALAGOAS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO

Vanessa Maria Costa Bezerra Silva; Elione Maria Nogueira Diógenes; Vania Silva de Oliveira
Cordeiro

Universidade Federal de Alagoas-UFAL, vanessacosta.ufal@gmail.com; Universidade Federal de Alagoas-UFAL, elionend@uol.com.br; Secretaria Municipal de Educação de Maceió, vania_soc74@hotmail.com.

RESUMO

Com as reformas educacionais da década de 1990 do século XX, a educação brasileira vem se transformando aceleradamente, cujo objetivo é o de se adaptar aos interesses dos órgãos internacionais que dominam a economia mundial. Essas mudanças vão se tornando mais intensas orientadas pelos receituários neoliberais que visam o desmonte do Estado para as políticas sociais e a privatização da educação pública. É considerando essa realidade que realizamos o presente estudo, o qual vem investigar as condições de trabalho dos docentes, a partir dos discursos dos servidores que atuam como efetivos e como contratados temporários na rede municipal de educação básica de Taquarana em Alagoas. A pesquisa com abordagem qualitativa adotou um roteiro de questões semiestruturadas. Esta baseia-se no referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de origem francesa e estudos bibliográficos a partir de autores, como: Costa (2009), Florencio, et.al. (2009), Melo (2007), Orlandi (2005), Tonet (2012), dentre outros que fundamentam esse estudo. Diante dos discursos dos docentes que atuam na educação básica do município de Taquarana/AL, enfatizamos que a educação pública municipal está tendo modificações que resultam em precarização acerca das condições de trabalho dos docentes que atuam na educação pública municipal de Taquarana/AL.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Condições de trabalho, Análise do Discurso.

1 INTRODUÇÃO

Desde sua colonização no século XVI que o Brasil não rompeu com o ciclo de miséria e dicotomia social instaurado com o domínio econômico dos povos europeus/colonizadores. Após mais de quatro séculos de dominação e aculturação das nações autóctones assim como dos africanos que, forçadamente, foram introduzidos na condição de escravizados, as mazelas sociais permanecem tanto quanto as marcas cruéis desse processo secular.

Nisto, o Brasil apresenta hoje, de forma agravada, algumas características singulares de países em desenvolvimento, como o abismal fosso econômico que gera a desigualdade na distribuição da renda e desmesuradas crises no sistema educacional.

A desigualdade social e a educação precária estão um para o outro. Não se muda a realidade social e econômica no Brasil somente com a abertura de escolas. Isso é uma falácia. Uma ideologia. Desigualdade econômica relaciona-se com a questão da concentração de renda.

Pobreza e desescolarização relacionam-se, intrinsecamente, porque as elites econômicas que se perpetuam politicamente não pretendem implantar políticas públicas de educação que rompam com o ciclo de miséria no Brasil.

A lógica da reprodução do capital é essa. Não à toa a grande maioria que vive na miséria também é formada por negros, descendentes dos povos autóctones, descendentes de brancos pobres, ciganos e outras etnias que foram secularmente marginalizadas na sociedade brasileira. Estes são os analfabetos. Os desescolarizados. Os deseducados. Os sem direito à educação. Os trabalhadores braçais. Os cortadores de cana-de-açúcar, empregadas domésticas, serviçais, enfim todos e todas que a sociedade expeliu do direito a uma vida digna. Senão tem educação, há prisão! Eis a verdade.

Entretanto, com o fim do século XX e a entrada do XXI, o Brasil, por conta da reestruturação do capital, inicia um discurso com lideranças sindicais como empresariais, de denúncia das deficiências do sistema educacional, em que parece ser hoje uma prioridade nacional.

Certamente, a educação é um bem em si, pelas oportunidades que oferece de fortuna cultural. Nisso, encontra-se o exercício da cidadania com a participação política e do acesso a benefícios sociais. Ao se considerar a educação como um bem cultural, os governos que assumiram a presidência desde 1995 têm implantado reformas nas diferentes áreas da educação.

A questão docente é uma delas. Esse texto ambiciona assentar uma discussão sobre a temática do trabalho docente, buscando pensar as mudanças que ocorreram nessa profissão com a reforma. As duas últimas décadas foram férteis em pesquisas que procuraram compreender as reformas educacionais em diversos países e a reconfiguração educativa. Assim, aqui enfatizamos a situação docente concretamente em um município de Alagoas.

2 BREVES NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil tem início com a chegada dos Jesuítas, todavia, existia muita dificuldade para manter os colégios, tendo em vista que eles recebiam verbas apenas para alimentação e vestimentas, e não para a construção ou manutenção desses espaços. Essa situação modificou-se um pouco no ano de 1564, através do estatuto da Redízima, o qual definia a destinação de uma porcentagem para a manutenção dos colégios Jesuítas.

Com a expulsão dos Jesuítas no ano de 1759, a formação de professores sofrerá algumas mudanças por causa das Reformas Pombalinas¹ e, conseqüentemente, com a expulsão dos Jesuítas do Brasil Colônia. Assim a educação deixou de ser comandada pelos Jesuítas com o foco direcionado a igreja e, passou a ser de responsabilidade do Estado com prioridade na formação para atender aos interesses da elite.

No ano de 1961, houve a promulgação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a primeira lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a intenção de orientar a organização da educação escolar. Melo (2007) cita que essa lei, “resulta dos embates entre projetos diferenciados para a educação nacional, nos quais ganha destaque a disputa entre educadores defensores da escola pública, e aqueles ligados aos interesses das escolas particulares” (p. 49).

No entanto, com o Golpe Militar de 1964, a LDB 4.024/61 precisou se adequar ao atual momento do país, para isso, foram estabelecidas a Reforma Universitária (Lei 5.540/68), e a Reforma do Ensino de 1º e 2º grau (Lei 5.962/71), ambas são direcionadas para atender aos interesses do capital internacional, com a adoção de uma educação tecnicista, visando a racionalização, produção e eficiência.

Após o período de Ditadura Militar (1964-1985), a Constituição Federal promulgada em 1988, destaca em seu Art. 206, Inciso V, que a “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma de lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (BRASIL, 2016). Porém, esse trecho da Constituição Federal não é suficiente para garantir a necessária valorização do docente, considerando que o investimento na educação não é o ideal para uma educação de qualidade e valorização dos que nela atuam.

Adiante, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 20 de dezembro de 1996, se estabelece novas diretrizes e bases, sendo mencionado no Art. 67, Inciso VI, que os sistemas de ensino promoverão “condições adequadas de trabalho” (BRASIL, 1996) aos profissionais da educação.

No entanto, os profissionais que atuam na educação pública brasileira nem sempre dispõem dessas condições adequadas de trabalho, visto que, o objetivo da LDB 9.394/96 é a formação dos sujeitos para o mercado de trabalho, atendendo mais uma vez aos interesses dos

¹ As Reformas Pombalinas fundamentavam-se no Iluminismo. O iluminismo surgiu na França no século XVII, tendo como principal característica do seu pensamento a defesa do uso da razão sobre o uso da fé e da religião. Os principais pensadores iluministas foram: Rousseau, Newton, Descartes, Locke, Voltaire, dentre outros.

organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, enquanto que a valorização dos profissionais e suas condições de trabalho não são prioridades nessa sociedade capitalista.

Com esse cenário, nota-se que a educação brasileira vem se transformando ao longo do tempo, principalmente com o intuito de se adaptar aos interesses da classe que domina o país, e dos órgãos internacionais que regem a economia mundial. Essas mudanças vão se tornando mais intensas a partir dos anos de 1990, com reformas educacionais promovidas por governos neoliberais que visam o desmonte do Estado e a privatização da educação pública.

Dessa forma, a história da educação brasileira é assim eivada de sentidos que nos remetem a formação de uma sociedade dividida em classes e que atravessa um momento de perdas generalizadas no cenário educacional. Portanto, faz-se necessário aprofundarmos a discussão a partir da compreensão do próprio espaço constituído do trabalho docente.

É partindo dessa perspectiva que traçamos o presente estudo, o qual vem investigar as condições de trabalho dos docentes, a partir dos discursos de servidores que atuam como efetivos e como contratados temporários na rede municipal de educação básica de Taquarana² em Alagoas, a fim de tecer considerações acerca da história da educação brasileira sobre o prisma convergente das leis e reformas que constituem informações básicas das políticas na área da educação, e das condições de trabalho que esses docentes atuam no referido município.

3 METODOLOGIA

A referida pesquisa utilizou a abordagem qualitativa ancorada no referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de origem francesa e estudos bibliográficos a partir de autores, como: Costa (2009), Florencio, et.al. (2009), Melo (2007), Orlandi (2005), Tonet (2012), dentre outros que fundamentam esse estudo.

Vale ressaltar que, a Análise do Discurso (AD) surge na França, no final da década de 60, fundada pelo filósofo francês Michel Pêcheux, que nasceu em Tours em 1938 e faleceu em Paris no ano de 1983. A AD se constitui como um instrumento de luta política e vai além de

² Criado em 24 de agosto de 1962, Taquarana/AL antes conhecido como Cana-Brava, possui atualmente uma população de 19.020 habitantes, de acordo com o senso do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e uma área 153,291 km², com 70 povoados. Em relação ao quadro de docentes efetivos da educação municipal no ano de 2017, são no total 204 docentes, sendo destes 173 com especialização, 25 com licenciatura plena, e 6 com magistério, tendo 5.614 alunos matriculados na Educação infantil, Ensino Fundamental, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Educação de Jovens e Adultos (EJA), e Quilombola, em 22 escolas e 2 creches.

um simples campo de estudo, se concebendo como a teoria crítica da linguagem, tendo como objeto de estudo o discurso.

A linguagem é considerada por Pêcheux “como um sistema capaz de ambiguidade e define a discursividade como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem”. (ORLANDI, 2005, p. 11).

Em relação a linguagem, Brandão (2012) também salienta que,

[...] como elemento de mediação necessária entre homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. (p.11).

No entanto, ao longo dos anos a AD francesa passa por várias modificações relacionadas ao seu campo teórico-metodológico, a princípio a AD francesa tem como objeto o discurso político e no decorrer da história o seu objeto passa a ser o discurso cotidiano.

No Brasil, o surgimento da AD ocorre por volta dos anos de 1970 e 1980, e traz uma associação entre o político e o teórico, relacionando o sujeito, a língua e a ideologia, conforme Melo (2011) ressalta,

[...] filiamo-nos a uma tradição que considera a Análise do Discurso como uma disciplina de entremeio, constituída a partir da articulação da Linguística, do Materialismo Histórico, da Teoria do Discurso e atravessada por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Portanto, partimos do legado de Pêcheux e avançamos recorrendo também às contribuições de pesquisadores que ao longo de sua vida vêm contribuindo para a consolidação de uma Análise de Discurso brasileira. (p. 45).

A partir desse contexto de consolidação da Análise de Discurso brasileira enfatizada por Melo (2011), nos remetemos ao que Orlandi (1999) apresenta sobre a AD, a qual “trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. (p.15).

Deste modo, destaca-se que o discurso é uma “relação indissociável entre língua, história e ideologia” (FLORENCIO, et. al., 2009, p.21), é uma mediação entre o homem e a realidade social e natural, tornando possível a transformação da realidade e do homem.

Além das contribuições teóricas da AD, a pesquisa contou com a participação de docentes que atuam como efetivos e como temporários na educação municipal de Taquarana/AL, tendo como base um roteiro de questões semiestruturadas contendo quatro questões. A primeira questão referiu-se à formação do docente, a segunda foi sobre o tempo de atuação, a terceira, o

vínculo contratual e a carga horária de trabalho semanal, a quarta foi direcionada as condições de trabalho em que os docentes atuam no município de Taquarana/AL.

Para finalizar o estudo fizemos a análise dos dados coletados e adiante estaremos apresentando os principais pontos sobre as condições de trabalhos dos docentes no município de Taquarana/AL, entretanto, vale ressaltar que a escolha do referido município se deu pelo fato de que uma das pesquisadoras reside nesta localidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já salientamos, o trabalho docente vem sendo modificado ao longo dos anos, tanto no âmbito nacional, quanto no estadual e municipal. Diante disso, pesquisamos acerca do trabalho docente do município de Taquarana/AL, a fim de analisar as condições de trabalho desses servidores no referido município, a partir dos discursos dos docentes que atuam na educação básica municipal, sejam eles como efetivos ou com contratos de trabalho temporário.

Para isso, foram realizadas entrevistas com dois docentes efetivos e dois docentes com contratos de trabalho temporário. A escolha desses docentes se deu através de sorteio, no qual continha os nomes dos que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Após o sorteio nos dirigimos as escolas onde dois dos docentes atuam, quanto aos outros, foram entrevistados em suas residências.

Os quatro (4) docentes entrevistados atuam na educação básica do município de Taquarana/AL, sendo um (1) professor na educação infantil, dois (2) no ensino fundamental I, e um (1) no ensino fundamental II. Estaremos utilizando nomes fictícios para não identificar os nomes dos participantes.

Tabela 1 - Dados dos docentes

Perguntas	Docente Maria	Docente Carol	Docente Paula	Docente Joana
Formação	Graduação em Pedagogia; Pós-graduação em Gestão	Graduação em Ciências Biológicas	Graduação em Ciências Biológicas; Pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva	Graduado em Pedagogia; Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional
Tempo de atuação	8 anos	15 anos	5 anos	12 anos
Vínculo contratual	Efetivo	Docente efetivo no município e docente com contrato temporário no estado	Docente com contrato temporário	Docente com contrato temporário
C/h Semanal	25h	25h no município e 36h no Estado	25h	40h
Atuação na etapa da Educação Básica.	Ensino Fundamental I.	Ensino Fundamental II no município, e Ensino Médio no Estado.	Ensino Fundamental I, mas as documentações na secretaria do município estão como Ensino Fundamental II.	Educação Infantil (creche)

Fonte: As autoras, 2018.

Na tabela 1, estão organizados os dados referentes as três primeiras perguntas do roteiro de questões que foram direcionadas aos docentes, em seguida apresentamos as Sequências Discursivas (SDs) das entrevistas e fazendo uma análise dos discursos presentes.

Conforme destacamos anteriormente, uma das questões contida nas entrevistas com os docentes refere-se as condições de trabalho desses profissionais. Na SD 1: “nos anos anteriores tinha verba, mas tem uns 3 anos que não tem verba para comprar todos os materiais, e isso dificulta, as vezes temos que comprar e pedir aos alunos”.

Nota-se que nessa sequência o trecho *nos anos anteriores tinha verba, mas tem uns 3 anos que não tem verba para comprar todos os materiais*, remete-se aos cortes financeiros que a educação vem sofrendo, devido a implantação de políticas educacionais que visam o desmonte da educação pública gratuita, algo que está se consolidando principalmente após o ano de 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências, ou seja, essa EC congelou o orçamento para a educação e a saúde por 20 anos.

Na sequência discursiva supracitada, o discurso da austeridade definida pelo Estado brasileiro, como projeto de via única, vem sendo posto em prática por uma elite que em definitivo não avançou na consolidação de uma sociedade menos desigual.

A SD 2: “minhas condições de trabalho são precárias. As escolas não ofertam muitos recursos, tudo que preciso além do livro didático, quadro e giz eu compro com recurso próprio, inclusive minhas provas são impressas em minha casa, pois há dificuldade em imprimir na escola. Até a merenda dos alunos falta nas escolas. Leciono ciências e não tenho espaço para aulas práticas, pois a escola não disponibiliza de laboratório. Assim, todas as atividades são adaptadas para a sala de aula”.

Esta SD *minhas condições de trabalho são precárias*, demonstra a precarização do trabalho docente no município de Taquarana/AL, além do docente apresentar a sua realidade como profissional da educação básica pública, sem recursos pedagógicos para realizar suas aulas, pois como é ressaltado na SD *tudo que preciso além do livro didático, quadro e giz eu compro com recurso próprio*, para que o docente utilize algo além desses materiais básicos é necessário que ele comprometa sua própria renda.

É nesse sentido que atuam os organismos internacionais e o Estado, implementando políticas que corroboram para o desmonte da educação pública, através da falta de investimento

financeiro para compra de materiais pedagógicos, infraestrutura adequada e valorização dos profissionais que atuam nesses espaços.

Ainda nesta mesma direção destacamos a SD 3: “na parte física poderia melhorar porque só tem quadro negro, poderia ser o branco, em relação aos materiais é escasso e as vezes a gente tem que colocar do nosso bolso. A verba diminuiu e eles dão preferência a comprar os materiais de limpeza. A maioria dos projetos é do nosso bolso o material”.

Em a verba diminuiu e eles dão preferência a comprar os materiais de limpeza. A maioria dos projetos é do nosso bolso o material, percebe-se que a falta de recurso é algo muito presente nos discursos dos docentes entrevistados, isso resulta na limitação das atividades docentes, visto que, esses profissionais já recebem salários míseros, principalmente quando são docentes com contratos de trabalhos, pois o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Quadro da Rede Pública Municipal de Ensino de Taquarana (PCCV) não os contemplam.

Na SD *eles dão preferência a comprar os materiais de limpeza*, os responsáveis pela compra de materiais precisam escolher o que é mais importante adquirir com o recurso que é disponibilizado, a fim de garantir o mínimo de manutenção do espaço físico da escola.

Esses discursos retratam bem o que a educação pública vem sofrendo, diante do atual contexto político e econômico do país, devido aos cortes nas verbas que são destinadas a educação pública, a partir de reformas educacionais com uma perspectiva de política neoliberal que vem sendo ampliada com mais impulso desde os anos de 1990.

Nessa lógica, é necessário ressaltar que numa sociedade de classes a educação “é organizada de modo a servir à reprodução dos interesses das classes dominantes” (TONET, 2012, p. 83), considerando que os interesses dessas classes estão voltados para a reprodução do capital, ou seja, a educação é vista como uma mercadoria que gera lucro, sendo assim, a educação pública sofrerá com a redução dos investimentos, enquanto que a educação privada será prioridade das classes que dominam o país.

Na SD 4 “de acordo com o que o país está passando as condições financeiras são suficientes, porque a maioria das verbas foram cortadas”. No trecho *de acordo com o que o país está passando as condições financeiras são suficientes* notamos um discurso conformista, de um docente que mesmo sabendo da redução das verbas educacionais, se conforma com a atual situação política e econômica do país.

Essa conformidade ou silenciamento também quer dizer algo, pois “[...] sabe-se, por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não-dito que também significam” (ORLANDI, 1999, p. 82), existe todo um contexto que contribui para que o sujeito tenha um posicionamento de conformidade.

5 CONCLUSÃO

Diante dos discursos dos docentes que atuam na educação básica do município de Taquarana/AL, enfatizamos que a educação pública municipal vem tendo algumas modificações ao longo do tempo. Essas significativas alterações vêm resultando em limitações para os docentes que atuam na educação pública municipal, como podemos perceber na maioria das SDs dos docentes.

As limitações de trabalho dos docentes no município, são geradas, em sua maioria, a partir dos cortes nas verbas que são destinadas a educação, deixando-os, em sua maioria, restritos ao livro didático, quadro e giz, pois as verbas não possibilitam a ampliação dos recursos didáticos e estrutura física adequadas para as aulas.

Apesar dessas situações da educação pública municipal, vimos que existem docentes que não têm uma visão mais crítica do contexto político e econômico do país, e utilizam um discurso de conformidade e alienação com a conjuntura política que está posta.

Ademais, essas adaptações da educação brasileira para atender aos interesses de um modelo de sociabilidade capitalista, com foco em políticas neoliberais que visam o desmonte do Estado e a ampliação da rede privada de ensino, prioriza a flexibilidade, a cooperação, a qualificação e a mão-de-obra barata, resultando em limitações para o trabalho docente, e a precarização das condições de trabalho dos profissionais que atuam na educação pública brasileira.

Dessa forma, notamos que diante das condições de trabalho dos docentes na educação pública municipal de Taquarana/AL, e em relação aos recursos financeiros para compra de materiais didáticos e estruturas das escolas, destacamos que essa precarização vem se intensificando com o atual contexto econômico, político e social do Brasil, uma vez que, a educação pública, gratuita e de qualidade, não é considerada um fator de prioridade no país de acordo com o modelo de sociedade vigente.

Por fim, a precarização do trabalho docente é uma questão crucial para se entender o projeto de nação que estamos construindo. Uma sociedade que não valoriza seus professores está fadada ao fracasso. A classe dominante tem consciência disso, por isso as políticas públicas são contingenciadas e direcionadas a partir das estratégias de mercado.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, 2016.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. et. al. **Análise do Discurso: Fundamentos & Práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

MELO, Kátia Maria Silva de. **Formação e profissionalização docente: o discurso das competências**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. **Discurso, consenso e conflito: a (re)significação da profissão docente no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, junho de 2005.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.